

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.356.774 - RS (2018/0225868-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : KUEHNE+NAGEL SERVIÇOS LOGÍSTICOS LTDA
AGRAVANTE : TRANSEICH ARMAZÉNS GERAIS S/A
AGRAVANTE : TRANSEICH ASSESSORIA E TRANSPORTES LTDA
ADVOGADOS : ALFREDO ZUCCA NETO - SP154694
SAMIR SQUEFF NETO - RS062245
CAROLINE CLEZAR DA SILVA - RS105820
AGRAVADO : ANA PAULA GIRARDI & AMP CIA LTDA - ME
ADVOGADO : FELIPE AUGUSTO GALANTE ESTIVALLET - RS012675

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. PRESCRIÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS E/OU INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de cobrança cumulada com compensação por danos morais.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. O reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por KUEHNE+NAGEL SERVIÇOS LOGÍSTICOS LTDA. e outros, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 26/07/2018.

Concluso ao gabinete em: 08/10/2018.

Ação: de cobrança ajuizada por ANA PAULA GIRARDI & AMP CIA LTDA - ME, buscando o pagamento de valores de vale-pedágio, valor mínimo de frete e não aplicação de reajuste dos valores mínimos, previsto no contrato de prestação de serviços celebrado com as agravantes.

Decisão interlocutória: afastou a prescrição da ação.

Acórdão: deu parcial provimento ao agravo de instrumento

interposto pelas agravantes para determinar nova análise da distribuição do ônus probatório, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 636):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA. AÇÃO NOMINADA DE INDENIZAÇÃO, TODAVIA, CONSIDERANDO A CAUSA DE PEDIR E O PEDIDO TRATA-SE DE AÇÃO DE COBRANÇA. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

APLICAÇÃO DO PRAZO QUINQUÊNAL PREVISTO NO ART. 206, § 5º, INC. I, DO CC. MARCO INICIAL DATA DA RESILIÇÃO.

NECESSIDADE DO DEVIDO ENFRENTAMENTO PELO JUIZ, QUANTO AO ÔNUS DA PROVA, DEFININDO O QUE CABERÁ A CADA PARTE PROVAR, INTELIGÊNCIA DO ART. 357, INCISO III, DO CPC/2015.

Recurso especial: alega violação dos arts. 206, § 3º, V, do CC, e 18 da Lei 11.442/07. Sustenta que está prescrita a ação, porquanto a legislação específica estabelece o prazo de um ano para ajuizamento de demandas indenizatórias que tenham por objeto reparação de danos decorrentes de contratos de prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas e que não foi aplicado ao caso concreto. (e-STJ fl. 656).

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca do art. 206, § 3º, do CC, indicado como violado, não tendo a agravante oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem. .

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

- Do reexame de fatos e provas e da interpretação de cláusulas contratuais

No tocante à prescrição, o TJ/RS, concluiu que:

Conforme consta na petição inicial do processo de origem (fls. 24-39 dos autos eletrônicos) a finalidade da presente

demanda é cobrança de valores não pagos de vale-pedágio; valor mínimo de frete e não aplicação de reajuste dos valores mínimos, previstos no Contrato de Prestação de Serviços de Transportes Rodoviário celebrado com as requeridas/agravantes.

Assim, como se vê, embora a demanda tenha sido nominada de ação de indenização, trata-se em verdade de ação de cobrança do valor de R\$ 1.227.787,73, consubstanciada em instrumento particular.

Logo o prazo aplicável ao caso é quinquenal previsto no art. 206, § 5º, do CC.

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à vigência do contrato celebrado entre as partes e o marco inicial da contagem da prescrição, exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Ministra